

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, vou aproveitar este horário antes do dos Partidos Políticos, até porque depois vou ter uma reunião, no município de Navegantes, com o vereador Valmir César Francisco, conhecido como Cheiro, e outras lideranças do município.

Quero aproveitar o dia de hoje para fazer uma homenagem também à Polícia Militar do estado de Santa Catarina. Falei ontem a respeito da atuação

da Polícia Civil no sequestro do menino de nove anos, da cidade de Ilhota. Houve a atuação da equipe Antissequestro do DEIC, do delegado Anselmo Cruz, do delegado Paulo Koerich, de Gaspar, que com toda uma equipe de policiais fizeram um brilhante trabalho prendendo os autores desse crime e principalmente conseguindo resgatar essa criança, sem lesão ou trauma maior.

Isso efetivamente ocorreu. Dois marginais foram mortos naquele confronto, mas a polícia conseguiu, depois do sequestro e da comunicação à família, identificar os suspeitos, monitorar, fazer a prisão e depois descobrir o cativo. E lá no cativo, então, foi resgatada aquela criança.

Mas quero, hoje, aproveitar a oportunidade para dizer que o governador Raimundo Colombo está no município de Joinville. E até talvez por isso ainda não vejo nenhum colega deputado do município de Joinville na Assembleia, pois certamente estão acompanhando os eventos relacionados à liberação de recursos pelas questões climáticas e também os eventos relativos à liberação de investimentos para a segurança pública.

Hoje o governo do estado está entregando vários kits e equipamentos de utilização pelas equipes policiais: equipamentos de uso pessoal de proteção individual, coletes e armamentos.

Temos a troca de comando, hoje, nos batalhões e na região militar de Joinville. O coronel Coelho está assumindo o comando de um batalhão, o coronel Hilário está assumindo o comando de outro batalhão, e o coronel Benevenuto Chaves Neto está assumindo o comando da região militar.

Quero parabenizar esses profissionais porque tive a oportunidade de trabalhar com eles durante a minha carreira policial e sei da dedicação, do empenho e da competência desses comandantes.

O coronel Benevenuto Chaves Neto foi comandante pelo estado, trabalhou em Chapecó, trabalhou em São Miguel d'Oeste. Mas a região do coração dele, onde ele prefere trabalhar, é o município de Joinville. E agora chega ao comando regional da Polícia Militar. É um comandante

dinâmico, atento às necessidades, parceiro dos seus comandados e, acima de tudo, com grande sintonia com a comunidade onde trabalha.

Estará lá dando essa posse o governador Raimundo Colombo e o comandante-geral da Polícia Militar do estado, que realmente, sem mais efetivo, com os mesmos equipamentos, já tem mostrado uma sensível melhora no policiamento ostensivo, na atuação da Polícia Militar do estado de Santa Catarina. Então, quero parabenizar o comandante da Polícia Militar pela sua atuação.

Também tive a oportunidade de trabalhar com o Valdemir Cabral, hoje comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, quando ele comandava Balneário Camboriú. Estive lá como delegado regional de Polícia e depois como delegado-geral.

O Cabral, nesse pouco tempo, fez uma aproximação com a comunidade, tornou a Polícia mais visível, com o policiamento a pé, que é muito importante. É um policiamento de presença visível, um policiamento que tem contato com a comunidade, que conversa com o cidadão, com o comerciante, com o professor, com os alunos, na saída dos colégios. Então, é isso que se quer, ou seja, uma Polícia mais próxima da comunidade.

Já nesses três anos e meio do governo Raimundo Colombo ingressaram na Polícia Militar de Santa Catarina mais 2.500 novos policiais militares. É um número grande de ingresso. Claro que temos a questão de um período atrás, quando não houve contratação. Há uma defasagem ainda do efetivo. Temos a questão das aposentadorias, da saída. Portanto, há a necessidade dessa reposição. Entraram 2.500, segundo o comandante-geral, mas nesse período aproximadamente 2.000 saíram. E para administrar bem, comandar bem, é preciso conseguir fazer mais, com as mesmas condições.

Parabenizo o comandante-geral da Polícia Militar, porque tem feito mais com o mesmo efetivo, com a mesma equipe, com os mesmos equipamentos, tem melhorado, e muito, a questão da Polícia Militar, padrão nacional, referência nacional.

Eu acompanhava há poucos dias uma entrevista do comandante-geral da Polícia Militar. E ele falava sobre os Consegs. Ele falava com sabedoria, conhecimento, sobre a questão dos Consegs, porque os Consegs foram criados nos bairros dos municípios para ajudar na segurança pública. E segurança pública não é só policiamento na rua, são outras questões que ajudam e muito: iluminação pública, não ter terrenos baldios, não ter matagal nos bairros, porque tudo isso facilita a presença de desocupados, usuários de drogas.

Então, os Consegs foram criados para ajudar a debater a segurança com os segmentos da segurança, Polícia Civil e Militar. Ajuda também nessas questões que muitas vezes é o município que tem que fazer aquela demanda, fazer uma questão de iluminação, de limpeza de terreno, a urbanização de praças, para que a praça seja utilizada pelo cidadão de bem e não pela marginalidade.

Então, essas questões locais e sociais são muito importantes para a segurança pública, só que os Consegs, muitos deles tiveram essa visão, têm essa visão desse debate amplo de ajudar as polícias na questão da segurança pública, mas alguns não. Alguns só se reúnem para pedir mais viaturas, para pedir posto policial. Posto policial, hoje, não é a melhor recomendação, porque você tem um patrimônio, um prédio e os policiais acabam tendo que ficar guardando aquele patrimônio, enquanto o policial tem que ter mobilidade.

Até o comando geral está com um sistema de postos policiais móveis, com vans, que fazem com que o policiamento de desloque e não fique num determinado local. Todo mundo quer o posto policial só ao lado da sua casa. Essa não é a melhor recomendação. Quanto mais mobilidade o policiamento tiver, melhor.

Aproveito esta oportunidade para parabenizar também a Polícia Militar de Joinville, coronel Benevenuto Chaves Neto, coronel Nelson Coelho, coronel Hilário Zilis, pela posse, e parabenizar também o comandante geral de Polícia Militar de Santa Catarina, o amigo Valdemir Cabral, pela nova

forma de trabalho que adotou e pela melhoria que já é sensível na segurança militar ostensiva do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Quero fazer uma saudação especial a todos os senhores e senhoras catarinenses que estão aqui nas galerias da Casa, em nome do prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis, do vereador Antônio Carlos Contezini, do produtor rural, produtor de leite, principalmente, o sr. José Itamar de Moraes, também acompanhado do presidente do PR daquele município, o sr. Jorge Luiz, em nome de quem quero saudar a todos os catarinenses, especialmente esses que estão aqui nas galerias da Casa, defendendo direitos dos seus municípios, das suas cidades.

Mas ontem, sr. presidente, eu recebi no meu gabinete um aluno que faz a terceira fase de Odontologia em Tubarão, na Unisul, e observava um fato repetido para todos os srs. deputados, seguramente. O aluno, cuja mãe recebe por mês R\$ 1.200,00, viúva, faz faculdade de Odontologia com a mensalidade está em torno de R\$ 3.000,00. Na hora de fazer a sua classificação para receber os recursos do art. 170, R\$ 1.200,00 é muito quando comparado com os pais de outros alunos, que eu compreendo, ganham o salário mínimo, por exemplo, ou de alguns que nem o salário mínimo inteiro declarado não tem ali para poder confirmar.

Mas a prestação da faculdade dele é praticamente mais do que duas vezes aquilo que a mãe ganha, que é a única que pode financiar aquela faculdade. Então, a gente pergunta até onde nós vamos ficar batendo nessa forma de classificação, nessa forma de financiamento da nossa educação,

querendo tirar pelo de sapo, quereremos cobrar uma mensalidade de três mil de quem ganha mil e duzentos, e ele sendo classificado entre aqueles que não devem receber a bolsa do art. 170. E também, qualquer outra forma disponível é muito difícil.

Eu estava comparando alguns dados referentes a 2013 que a *Folha de S.Paulo* publicou na semana passada, e o Brasil, entre todos os países da América, foi o país que teve o menor crescimento em relação ao desenvolvimento, não chegou a 2%. E é bom lembrar que a população cresce mais do que 2,5%. Então, se o Brasil cresce 1.8%, 1.9% do ponto de vista relativo, está ficando para trás, uma vez que a necessidade é de 2.5% a 3%, mas o Brasil só cresceu 2%, ou seja, levou uma ré.

Por outro lado, se comparar o crescimento do PIB no século de 1888, quando foi proclamada a República por marechal Teodoro da Fonseca, seguido pelo marechal Floriano Peixoto, e Florianópolis leva o seu nome, o atual crescimento do PIB só ganhou do Floriano Peixoto que foi o segundo presidente da República e também no governo de Fernando Collor de Mello, que ficou pouco tempo e inclusive caiu.

Em todos os outros governos o crescimento do Produto Interno Bruto foi maior do que o atual. Achávamos que era somente em relação ao crescimento do desenvolvimento, mas se olharmos algumas pesquisas as principais queixas da população se encontra na seguinte ordem: saúde, segurança e educação.

A educação hoje já é a terceira, já foi a primeira ou a segunda, não é que melhorou muito é que as outras pioraram gravemente. No Brasil hoje a segurança está classificada entre as piores do mundo. Aqui se matam 29 pessoas em cada cem mil. No Japão o índice é de 0,3%. A diferença é de cem vezes, deputado. Ou seja, para cada japonês que morre lá, aqui morre um avião, representando mais de cem pessoas. Portanto, a segurança piorou muito. E a maior queixa agora é em relação à saúde que está em primeiro lugar.

Então, não é que a educação tenha melhorado, as outras é que pioraram e aí a educação passou para o terceiro lugar. Mas se compararmos, pode ser que não seja verdade o que estou dizendo, com o estudo feito por 36 países do mundo relativamente bem desenvolvidos criou-se o índice de uma vida melhor. A OCDE fez um estudo entre 36 países, inclusive o Brasil entrou na análise e em relação à educação estamos colocados entre os piores do mundo.

A edição de ontem da *Folha de S. Paulo* trouxe um estudo e coloca assim: "O abismo da educação ainda separa o Brasil dos países ricos." E faz então um estudo dizendo que o brasileiro trabalha em média muito mais do que os países mais ricos, mas a pobreza ainda é muito grande. Ou seja, ainda não conseguimos transformar o trabalho em riqueza, em qualidade de vida para as pessoas.

"A explicação: o brasileiro trabalha, trabalha e no final produz pouco, pois é pouco instruído. Ou seja, seu suor não agrega muito à economia.

Um novo estudo da OCDE, espécie de clube dos países ricos, mostra que, apesar do zuzzunzum 'Brasil potência' da última década, o Brasil ainda tem muito chão a percorrer antes de se comparar com o primeiro mundo.

Aqui, apenas 43% dos adultos entre 25 e 64 anos possuem o equivalente ao diploma de ensino médio. É muito menos do que a média global."

Se formos comparar quanto a esse item relativo ao número de pessoas que concluíram o ensino médio, o Brasil tem 43%, o Chile tem 72%, Alemanha tem 86%, os Estados Unidos tem 89%, e a média global seria 75%.

Então estamos longe da média. Apresentei esses dados aqui porque uma das questões mais importantes seguramente é a educação.

(Continua lendo.)

"A tristeza é que a situação não está melhorando muito: entre os jovens de 25 a 34 anos, apenas 57% terminaram o segundo grau, contra 82% na comparação internacional.

Além disso, o país é o que tem o pior desempenho no Pisa, o exame internacional que

compara o desempenho acadêmico de alunos de 15 anos, entre os 36 países analisados pela OCDE. A nota brasileira é 406, menor do que a média da OCDE, 487.”

Se analisarmos a média da renda das pessoas no Brasil, a média anual é R\$ 10.310,00, no Chile é R\$ 13.762,00, na Alemanha R\$ 30.721,00, e a média global é muito maior do que a nossa. No Brasil mais do que 11% dos trabalhadores têm a carga horária acima de 50 horas semanais. Mas isso não se reverte para a economia.

Quis apresentar esses números para chamar atenção ao fato de que a educação no país está ruim e precisamos que os jovens possam ter acesso ao estudo universitário para melhorar a qualidade de vida no país.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados e todas as pessoas que acompanham esta sessão, Vou falar justamente sobre a educação e sobre os índices que o Brasil vem acumulando na educação.

Deputado Serafim Venzon, sou professora e jamais trocaria os investimentos que hoje estão sendo feitos pelos poucos investimentos que se fazia 12 anos atrás. Quando falamos em indicadores, precisamos contextualizá-los. Quem não quer compreender a situação da educação pode dizer que o Brasil está em quadragésimo lugar, que entre todos os países temos 39 à nossa frente. Mas é preciso que se diga que em 2004, entre 127 países, o Brasil estava em 72º lugar. Em apenas 12 anos, nós ultrapassamos da posição de 72º para chegar agora ao 39º. E tenho a fonte aqui.

Foi um jornalista da Globo que deu esse indicador. Então, acredito que a Globo não estaria utilizando um indicador falso.

Também quero dizer que temos outro índice extremamente positivo, decorrente dos investimentos em educação. E a nossa presidente Dilma, nesta última vinda a Santa Catarina, falou

com muita propriedade o que significa construir um país que está desconcentrando a renda e quais são os motivos dessa desconcentração da renda. Não é apenas o salário mínimo passar de R\$ 200,00 para R\$ 724,00. Não é apenas um desemprego de 12.2 baixar para 5.4. Não é apenas todas as categorias terem negociações salariais com aumentos reais. Mas é também e prioritariamente o investimento em educação. E é preciso que se diga que quanto ao analfabetismo no Brasil, que sempre foi manchete mundial, conseguimos reduzir em 30%.

Se considerarmos o número de anos de escolaridade média do brasileiro, tínhamos uma média de escolaridade de 5,7 anos. Os nossos adolescentes não concluíram o ensino fundamental, não chegavam ao ensino médio, e nós não conseguimos ter 15% dos jovens cursando o ensino superior. Essa era a realidade, até o presidente Lula assumir o comando da Nação. E é muito engraçado que justamente um presidente operário, que não tem ensino superior, seja o presidente que mais universidades construiu. Esse presidente é conhecido hoje mundialmente como o pai das universidades. Foram 20 novas universidades públicas aqui, em Santa Catarina.

Se falarmos nos Institutos Federais, vamos ver Institutos Federais construindo formação técnica, profissional e ensino superior também em todas as regiões do estado, passando de 100 Institutos Federais para 400 Institutos Federais em apenas 12 anos. Vejam bem! Até o presidente Lula eram 100 Institutos Federais, agora temos 400 Institutos Federais na região oeste de Santa Catarina, Chapecó, São Carlos, Xanxerê, São Miguel d'Oeste. E agora São Lourenço também vai ter um Instituto Federal. E há uma luta toda para termos na região do extremo oeste também, região que chamamos de Alemanha. Enfim, quero dizer que o ensino técnico explodiu no Brasil, assim como o ensino superior também.

Quem não ouviu falar do Prouni? Quem é estudante do Prouni sabe hoje as facilidades que existem para se cursar um curso superior. Não tinha Prouni. Os arts. 170 e 171 foram uma luta

desta Casa. E nós temos o Enem, o Reuni, que é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, para inclusive ampliar as vagas no ensino superior e as novas universidades.

Então, quero dizer com isso e com muita tranquilidade que os orçamentos do Brasil que mais cresceram foram os orçamentos da saúde e da educação.

Agora, o deputado aponta um problema com o qual concordo, que são problemas seculares. Hoje, ando em muitos municípios, e os empresários dizem que falta médico, engenheiro, pedreiro, enfim, falta mão de obra qualificada, profissionais qualificados. Mas é preciso que se diga que isso não foi feito no passado. E a educação é uma das ações que não é como uma obra que você ergue e já está pronta. A educação é um processo de construção. Leva tempo para formarmos um médico, leva quase dez anos. Então, é preciso compreender esse papel que o Brasil tem hoje como protagonista para mudar essa condição.

O presidente Lula, numa das suas entrevistas, falou de forma brilhante: "Às vezes, queremos comparar tudo." Então, vamos comparar com a Finlândia que tem um dos índices melhores de educação no mundo. Mas a Finlândia não tem mais do que dez milhões de habitantes, e o Brasil tem 55 milhões de estudantes. Então, quando queremos comparar com a educação de lá é diferente, porque a Finlândia é comparada a um estado de Santa Catarina. Não dá para comparar um país continental como se fosse um estado bem desenvolvido. Esta é uma diferença.

A segunda diferença que o presidente Lula aponta é que na América Latina a primeira universidade pública foi construída pelos anos de 1400 e a nossa primeira universidade pública em 1930. Então, é comum irmos para a Argentina, como eu fui para Buenos Aires, onde todos que trabalham para você, que te servem, são trabalhadores com terceiro grau completo, que sabem mais do Brasil do que nós, que estudam a cultura brasileira, conhecem a América Latina, porque esse processo

foi feito na história, na raiz da América Latina, em países como a Argentina e Chile. Então, temos que recuperar esse atraso.

Eu quero dizer como professora que estamos recuperando esse atraso. E a prova do compromisso da presidenta Dilma é a lei que foi aprovada no ano passado, que mostra que a nossa presidenta tem consciência que precisa muito mais na educação, muito mais. Senão, ela diria que não precisa mais dinheiro na educação. Mas ao contrário, aprovamos a lei do pré-sal, e 75% do pré-sal vão para a educação. Para quem acha que é pouco, a cada 1% são mais de 50 bilhões de dinheiro novo. Em cinco anos vamos dobrar o orçamento da educação brasileira. É muito dinheiro, porque o Brasil tem que correr atrás dessa herança. E estamos coletivamente conseguindo mudar, mas há muito que fazer.

Deputado Venzon, e iria falar no 170 e no 171, mas acabei falando muito mais porque acho que o Parlamento é para debater.

Respeito a sua posição, mas quero dizer que sou otimista por tudo que tínhamos, por tudo que fizemos e pelo futuro que se desenha.

Sobre o 170 e o 171 falarei num outro momento. É um bom exemplo para garantirmos ensino superior em Santa Catarina. E um bom exemplo que está dando certo é que estamos conseguindo universalizar. Agora, v.exa. falou muito bem quando disse que temos universidades aqui em Santa Catarina onde 1.400 estudantes se inscreveram para o 170 e foram ofertadas 400 vagas.

Vamos dar o exemplo do 170 que é um mecanismo extremamente importante de democratização do acesso ao ensino superior catarinense e que tem sido responsável pelo desenvolvimento de todas as regiões do estado.

Nós estamos falando de uma lei que foi criada por esta Casa, na legislatura anterior, aprovada por este Parlamento, de autoria do deputado federal Pedro Uczai, professor também. Essa lei beneficia a matrícula de milhares de estudantes, porém, não tem sido cumprida. Hoje, os 5% que

estão na lei não chegam a 2,5%, 3%, não passa disso.

Então, o caso desse menino que v.exa. citou é o caso de milhares de estudantes catarinenses, que hoje estão sofrendo, porque têm que abandonar a faculdade, porque não tem bolsa suficiente.

Quero falar sobre isso num outro momento para poder detalhar melhor.

Obrigado, presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputada, nós vamos entrar no horário dos partidos, e o PT tem dez minutos. Se v.exa. quiser utilizar a tribuna em nome do PT, esteja à vontade.

Entramos agora no horário destinado aos Partidos Políticos. E a deputada então dá sequência na sua fala em nome do partido.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, vou mudar um pouco o assunto, porque agora não falo do ponto de vista pessoal, mas vou falar sob o olhar que o meu partido tem sobre um tema fundamental e muito importante, que é a Copa do Mundo.

Estamos todos com o coração apreensivo, torcendo para que o verde/amarelo seja vitorioso, esperando a abertura da Copa do Mundo. E espero que seja belíssima, porque temos atletas envolvidos, temos artistas, temos a cultura brasileira, que é extremamente rica, e o mundo inteiro tem que olhar para o Brasil, olhar para a nossa riqueza, porque não somos mais um país que está de joelhos, um país de quinta categoria, um país medíocre e pequeno. O Brasil é um país hoje referência para o mundo inteiro.

Espero que esta Copa do Mundo seja um momento em que o mundo inteiro vai olhar para o Brasil, para as coisas belas que temos. Podem olhar também para os problemas que temos no país, mas que compreendam o quanto a nação brasileira está se esforçando para fazer um grande espetáculo e mostrar a capacidade que tem para construir e organizar um evento como esse.

São três bilhões de pessoas no mundo inteiro olhando para o Brasil neste momento; são 32 seleções disputando esse campeonato. Temos o nosso país envolvido como um dos poucos países em todas as edições da Copa do Mundo. Em todas!

O nosso país tem muito para mostrar, tem superado as suas dificuldades, e eu diria que, independentemente do resultado da Copa do Mundo, que espero seja positivo do ponto de vista de o Brasil ser campeão, já temos um Brasil campeão, um país que conseguiu reduzir a extrema pobreza de 14% para 3,5%.

O Brasil, como já falei, tirou a educação do centésimo vigésimo sétimo lugar e passou para septuagésimo segundo lugar. Um país que em 2013 ficou em trigésimo nono lugar, no topo, da educação do mundo, que tem a terceira economia que mais cresceu, perdendo apenas para a China e para a Coreia, estando o nosso Brasil em terceiro lugar. A China está em 7.7º lugar, a Coreia em 2.8º lugar e o Brasil 2.3º lugar.

Este país tem superado as suas dificuldades seculares, tem enfrentado os desafios de garantir uma saúde com qualidade, moradia decente no campo e na cidade, valorizado a agricultura familiar, garantido que nossos adolescentes e jovens tenham uma escola de qualidade. Aumentou os investimentos em educação, enfim, é um Brasil que sabe que para melhorar a educação tem que pagar melhor o professor, por isso a Lei do Piso Salarial para os professores. É um Brasil que pela primeira vez tem cuidado da infância, através das creches, enfim, é deste país que vamos falar nesta Copa do Mundo.

Nós sabemos que existem muitas críticas com relação a esta Copa do Mundo, e eu diria que algumas críticas são pertinentes e fazem parte da massa crítica do brasileiro que quer mais, e isso é positivo, mas também tem a crítica desmedida que é para desmerecer tudo que este país conseguiu conquistar.

É importante que se diga que o Brasil é um dos poucos países no mundo que conseguiram sair de uma ditadura, implantar uma democracia ainda recente que significa não somente eleger o governo, mas

também ampliar as políticas públicas sem derramar uma gota de sangue na rua contra a população.

Então, quero dizer com isso que no Brasil não há guerra e que o nosso país fez isso construindo, pela paz e pela democracia, condições de vida melhor. E o mundo vai olhar para este país que tem negro, branco, índio, mulato, enfim, todas as raças presentes, que não tem homofobia, que acolhe os nossos irmãos, que acolhe os haitianos, que acolhe os pobres e que quer ajudar os países de fora também.

É este o país, do qual tenho orgulho, que está construído, hoje, em 2014. E para quem gosta de números, porque olha apenas do ponto de vista econômico, quero dizer que a economia brasileira pode ganhar R\$ 142 bilhões com negócios de turismo e serviços somente na preparação da Copa do Mundo.

Só pelo que significa a Copa, haverá um incremento de 2,9% no PIB brasileiro.

As obras que estão sendo feitas, e que muitos criticam, geram muitos empregos temporários em bares e lanchonetes. Noventa mil pessoas estão sendo qualificadas por meio de cursos técnicos relacionados ao turismo e à prestação de serviços.

Foram gerados 1,1 milhão de postos de trabalho com carteira assinada.

A arrecadação de tributos, em função da Copa, pode crescer R\$ 18,1 bilhões.

Os gastos de turistas estrangeiros, até o ano passado, somaram, o ano todo, R\$ 6,85 bilhões para o Brasil, e somente nos 30 dias da Copa a soma deverá ser de R\$ 11,8 bilhões, praticamente o dobro, em um mês, do que foi investido todo o ano passado.

Três milhões de turistas que vão circular pelo país devem injetar R\$ 18,35 bilhões na economia.

O Brasil é a sétima economia do planeta e líder em vários setores da produção industrial e do agronegócio. Levou 42 milhões de pessoas à classe média e retirou 36 milhões da extrema pobreza.

A Copa não significa somente investimentos. Mesmo que muitos digam que foi tirado dinheiro público da saúde e da educação, isso não é verdade

porque tivemos, nas áreas da saúde e educação, um dos maiores aumentos que o Brasil já teve em três décadas, em 30 anos.

Para terem uma ideia, vejam que, com o aumento do emprego e da renda, o número de passageiros no Brasil triplicou, passando de 33 milhões para 113 milhões.

Estive recentemente em Brasília e pude ver o que é o aeroporto de Brasília! Uma pessoa que estava ao meu lado disse: "Parece que eu estou na Europa. Este aeroporto parece um aeroporto europeu"! Isso não termina com a Copa! Os investimentos feitos em portos, aeroportos, viadutos, pontes e vias de trânsito rápido continuam depois da Copa, são permanentes, são para a população brasileira!

Então, é preciso que se tenha um pouco mais de orgulho dessas coisas que estamos conquistando. É importante que se diga que os estádios têm uma agenda repleta. O estádio de Brasília está com a agenda lotada até o final do ano, com espetáculos culturais, negócios e serviços.

Portanto, é preciso ter esse cuidado quando se faz crítica e deixa-se de perceber o quanto esse evento vai agregar do ponto de vista econômico. Os olhares do mundo inteiro estarão voltados para o Brasil e as pessoas poderão ver que o nosso país não deve mais para o FMI. O Brasil, hoje, é credor, organizou as suas contas e colocou a educação como prioridade.

E porque o Brasil está crescendo não pode se dar o direito de ter estádios maiores, estádios com potencial como tem outros países? É essa capacidade que espero que a população brasileira tenha e que amanhã torçamos muito para o Brasil ser campeão.

Espero que cada um que esteja me ouvindo, amanhã, coloque o verde e amarelo no peito. E quem ainda não comprou a sua camiseta, vá ao camelô, onde é barato, mas vamos comprar. Pode comprar uma camiseta, um balão verde e amarelo e sentir o prazer que é ver a nossa seleção levar a torcida do Brasil, que é a torcida para este país cada vez melhorar mais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo horário pertence ao PSD.

Na ausência de deputado do PSD, o próximo horário pertence ao PP.

Na ausência de deputado do PP, o próximo horário pertence ao PCdoB.

Na ausência de deputado do PCdoB, o próximo horário pertence ao PSDB.

Na ausência de deputado do PSDB, o próximo horário pertence ao PMDB.

Na ausência de deputado do PMDB, esta Presidência encerra o Horário dos Partidos políticos.

Como se nota, hoje, vários deputados estão em viagem, acompanhando o sr. governador. Outros estão em comissões e muitos estão atendendo em seus gabinetes. Em decorrência disso, esta Presidência suspende a sessão até as 16h, com acordo das lideranças.

Esta suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Senhores deputados, sras. deputadas, muito boa-tarde a todos!

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, sempre atento e zeloso com as coisas da mesa, muito obrigado pela substituição. Agradeço também aos deputados Nilson Gonçalves, Manoel Mota e Kennedy Nunes.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

Projeto de Lei n. 0057/2.013, de autoria do deputado Jean Kulhmann; Projeto de Lei n. 0227/2.012, de autoria do deputado Dado Chereim; Projeto de Lei n. 0362/2.013, de autoria do deputado Gelson Merisio; Projeto de Lei n. 0568/2.013, de autoria do deputado Dado Chereim.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário e será arquivado o Ofício n. 0019/2013.

Comunica também que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0664/2013.

Por fim, comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0553/2012.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0140/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade à Proposta de Emenda Constitucional PEC/0001/2014, de autoria da deputada Angela Albino e outros, que acrescenta as alíneas "a" e "b" ao inciso IV do art. 132 da Constituição do estado de Santa Catarina. (Dos impostos dos municípios)

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a primeira autora, deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tenho a impressão de que contando aqui por cima nós não temos quórum para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É a admissibilidade, deputada!

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Só a admissibilidade é possível, presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Então, apenas fazer uma rápida defesa aqui, sr. presidente, que este projeto de lei surgiu de uma pesquisa que fizemos no Supremo Tribunal Federal sobre cartão

de crédito. Estamos chamando inclusive a PEC dos cartões de créditos.

Nesse estudo que fizemos, descobrimos que há decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal dando conta de que o tributo gasto com o cartão de crédito deve ficar no município da compra, e não na sede da empresa de cartão de crédito, como acontece hoje no Brasil.

Então, esta PEC, inclusive vem ao encontro da necessidade dos municípios de aumentar a sua receita. É bom para Santa Catarina e é bom para todos os municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- A deputada Angela Albino solicitou ontem a inclusão dessa matéria na pauta, e não tinha conhecimento da proposta de v.exa., porque não integro nenhuma comissão. Estudei a proposta, li o parecer do deputado Silvio Dreveck, que foi o relator pela admissibilidade, e a sua proposta aos interesses de todos os municípios catarinenses.

Essa discussão lembra a questão do ISS dos bancos, na qual a cidade de Tubarão conquistou e ganhou num determinado momento e depois acabou sofrendo um revés no Supremo. Hoje, a cidade tem um grande problema na administração, porque os recursos terão que ser devolvidos.

Nessa questão do imposto das operações de cartão de crédito, v.exa. está coberta de razão, junto com os outros subscritores - e essa Presidência também quer subscrever essa matéria -, porque fará justiça tributária. Os municípios catarinenses estão sendo lesados na forma como as operações estão sendo feitas hoje. Não tenho dúvida de que a matéria será aprovada por unanimidade e daremos celeridade na discussão do mérito, porque, agora, admitida à matéria, ela volta para a discussão do mérito.

Em votação à admissibilidade da PEC n. 0001/2014, de autoria da deputada Angela Albino e outros deputados.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0039/2014, de autoria do deputado Valmir Comin, que reconhece o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, no município de Treze de Maio, como ponto turístico religioso no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0099/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre os Cuidados com os Animais Domésticos no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0407/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que denomina escola estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há a denominação da escola estadual. Mas no substitutivo global aprovado por unanimidade em que a ementa passa a ter o seguinte teor: "Denomina Escola Estadual Higino João Pio a escola localizada na rua Madagascar, s/n, bairro das Nações, em Camboriú". A emenda foi uma correção para apresentar a ementa que não havia sido apresentada no projeto.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Quero parabenizar o deputado Dado Cherem por essa correção histórica. É importante que esse nome faça parte da memória catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0542/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que institui o Dia Estadual de Conscientização do Aquífero Guarani no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0278, 0279, 0281, 0285, de autoria do deputado Taxista Voltolini; 0280, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0282, 0283, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0284 de autoria do

deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 26 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0555, 0556, 0557, 0558, de autoria do deputado Eni José Voltolini; 0559, de autoria do deputado Edison Andrino; 0560, de autoria da deputada Ada Faraco De Luca; 0561, 0562, 0563, 0564, 0565, 0566, 0567, 0568, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0569, 0570, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0571, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0572, 0573, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Discussão de votação da Moção n. 0054, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, manifestando apoio ao Promotor de Justiça da 1º Vara Criminal de Joinville, doutor Ricardo Paladino, aplauso e reconhecimento pelo trabalho eficiente na investigação do assassinato da jovem Mara Tayna Ribeiro Decker.

Em discussão.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Com todo respeito ao deputado, mas eu vou me abster, porque quem faz investigação é a Polícia e não o Ministério Público. Discordo com fazer o reconhecimento pelo trabalho de investigação do promotor.

Quero fazer o registro da minha abstenção. Não vou votar contra, porque o Ministério Público tem um papel importantíssimo de denunciar, de acompanhar, mas a investigação é a Polícia que faz.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado, quero agradecer a sua intervenção, porque senão iria passar.

Na verdade houve um erro da minha assessoria que foi muito infeliz na forma como compôs essa moção. Peço a retirada da moção, para que se corrija.

SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Fica retirada da pauta a Moção n. 0054, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Discussão e votação da Moção n. 0055, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que apela à Presidente da República e ao Ministro da Integração Nacional, pela liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aos trabalhadores residentes em áreas de municípios da região do Planalto Norte Catarinense nos quais tenha sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Caros deputados, sras. deputadas e quem mais nos acompanha aqui, presente nesta tarde de quarta-feira, ou também pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital da Assembleia Legislativa, eu imaginava que nós iríamos ter aqui o esquentamento do debate do poder de investigação a partir da moção do deputado Nilson e da contraposição do deputado Maurício Eskudlark, mas não foi ainda desta vez a discussão se o Ministério Público pode ou não investigar, e acho também que não é isso que está na pauta.

Acompanhei muito de longe, pela imprensa, o fato ocorrido na cidade de Joinville. Evidentemente que merece os parabéns todos aqueles que atuaram no sentido de desvendar os mistérios daquele lamentável assassinato.

Vejo que os tempos são de paz, até porque no começo da tarde o deputado Maurício Eskudlark falava da integração mais efetiva entre Polícia Civil e Polícia Militar, a quem também gostaríamos de saudar, porque achamos que é preciso que as instituições trabalhem da forma mais unida possível e até mais. E defendemos inclusive a unificação das instituições estaduais de segurança pública. Inclusive, esse é um debate que existe no Congresso Nacional, e quiçá o nosso Congresso possa, numa destas legislaturas, já que tantas passaram e não mexeram nessa questão, discutir a forma de tornar a nosso ver mais racional a estrutura de segurança pública nos estados.

Falando em segurança pública, sigo neste âmbito, nessa pauta que ampla, necessária e com diversos aspectos a serem abordados.

Ontem falávamos aqui da necessidade de mais efetivo em todas as instituições de segurança pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto-Geral de Perícia e também no sistema penitenciário. E é fato que é necessário, devido à precariedade de recursos dos serviços essenciais.

São 20 e poucos anos que proporcionalmente tem diminuído os recursos em relação à quantidade de riqueza socialmente produzida ou em relação ao PIB. E muitas vezes ainda os recursos investidos são investidos de forma incorreta, para dizer uma palavra plenamente possível neste horário de quase chá das cinco.

Quero falar um pouco de um aspecto do sistema prisional catarinense, a partir de uma carta aberta dos servidores, de agentes penitenciários e policiais aposentados que trabalham no presídio regional de Rio do Sul, no alto vale do Itajaí.

Nós recebemos essa carta aberta por ocasião das audiências públicas do orçamento, e em Rio do Sul foi realizada há cerca de um mês, quando

profissionais da segurança pública do sistema prisional lá estiveram para nos entregar essa carta aberta.

Evidentemente que toda carta aberta tem um conteúdo de uma proposta ou de contraposição a uma proposta apresentada. E essa carta aberta fala da situação do presídio regional de Rio do Sul, inaugurado em 2009, portanto, é uma estrutura nova, com capacidade para 201 presos e que já tem mais do que o dobro. De 2009 até hoje já tem mais do que o dobro da capacidade para a qual foi construído o presídio do alto vale.

Registro ainda é que foi inaugurado antes de ficar pronto. Lá em 2009, para quem lembrar, e não quero voltar às velhas polêmicas, mas lá em Rio do Sul, fez-se uma inauguração festiva de um presídio, e já é bastante inusitado ou pelo menos questionável inaugurar um presídio de forma festiva. Mas o presídio não tinha luz, água, ligação de telefone, internet, nada, e foi colocado para inaugurar naquela data. E foram colocados presos, ou seja, 48 horas depois já houve uma rebelião.

O presídio já tem o dobro de detentos do que a sua capacidade e agora se cogita, justamente porque o presídio já ficou pequeno para a necessidade do alto vale, ampliar o presídio. Ou seja, fazer o que foi feito em diversos outros presídios e penitenciárias. Em diversos outros estabelecimentos prisionais você vai fazendo um puxadinho e colocando mais presos.

Aqui na grande Florianópolis, na nossa capital, no presídio localizado no Bairro Trindade, isso vem sendo feito há décadas, ou seja, se aumenta a necessidade, cria-se mais um puxadinho, mais um cercado, mais uma parede, mais um concreto, mais um container que vai lotando de presos e criando uma favelização do próprio sistema prisional.

Então, cogita-se ampliar o presídio de Rio do Sul. E a demanda que vêm dos trabalhadores que lá realizam e bem a sua profissão é que essa forma de pensar está errada, e nós concordamos em 100% com eles, porque no vale do Itajaí inteiro, deputados

Eni Voltolini e Taxista Voltolini, não existe nenhuma penitenciária. E a Lei de Execuções Penais, uma lei federal, estabelece que o presídio seja para o preso ficar enquanto estiver aguardando julgamento. O preso condenado, com condenação transitada e julgada, deve ser transferido para uma penitenciária que precisa estar provida de condições para ressocialização de trabalho para os presos que quiserem trabalhar. Porque as pessoas dizem que esses vagabundos não querem trabalhar!

Em Santa Catarina, e eu diria que no Brasil inteiro, a maioria dos presos quando dizem que querem trabalhar, infelizmente, para eles não existe uma estrutura adequada. Os servidores, as gerências, as direções e a Secretaria de Justiça e Cidadania sempre têm um esforço nesse sentido e fazem milagres com a estrutura que possuem.

Agora, considerar que o vale do Itajaí inteiro não tenha uma única penitenciária é chegar à conclusão que nós temos em Santa Catarina feito um discurso que queremos a ressocialização, que temos estrutura, que estamos ressocializando, cuja estrutura não garante.

Imaginem o presídio de Blumenau, que já é aquele queijo suíço, ou seja, cheio de furo, que todo mundo conhece, o Presídio de Rio do Sul, que é novo é já está com o dobro da capacidade de presos, e não tem nenhuma penitenciária. E aí o que acontece? No presídio de Rio do Sul 60% dos detentos, das pessoas que estão aprisionadas, já estão com sentença transitada e julgada, ou seja, não deveriam estar no presídio.

Os servidores e os gestores querem e até fazem um esforço para fazer algum trabalho de ressocialização. Querem garantir um trabalho, uma profissionalização, o acesso à educação, para aqueles que querem estudar ou continuar estudando. E se em uma penitenciária já é difícil, imaginem em um presídio que não foi construído tendo isso como horizonte.

É preciso considerar que o estado tem desleixado e abandonado a sua obrigação legal. E não estou fazendo crítica especificamente a

ninguém. O poder público tem abandonado a sua obrigação e sido displicente e conivente com o que é ilegal, muito embora se continue discursando que defendemos a ressocialização.

A estrutura não comporta. A carta aberta dos servidores do sistema penitenciário de Rio do Sul é pela construção de uma penitenciária na cidade e não pela ampliação do presídio, porque 60% dos que estão lá já estão condenados e deveriam estar numa penitenciária. Então, ao invés de ampliar o presídio, que se construa uma penitenciária. Inclusive no mesmo terreno há espaço físico para se construir uma penitenciária.

Mas quero, além disso, fazer a reflexão de que o vale do Itajaí inteiro, desde o alto vale, Imbuia, Alfredo Wagner até a cidade de Itajaí, no encontro com o mar, não tem uma única penitenciária, e isso com certeza é a expressão da falta de compromisso do estado, do poder público, com a sua obrigação legal. Porque se o preso tem que pagar pena - e é verdade, ele tem que pagar pena -, a legislação estabelece que o estado tem que cumprir as condições mínimas para isso. E ele não está cumprindo nem com o preso e muito menos com a sua família, porque para cumprir pena numa penitenciária, que é o que a lei de execuções penais estabelece, obriga, o preso do vale do Itajaí tem que cumpri-la em São Cristóvão do Sul, na serra, em Criciúma e em Joinville. E as mães, os pais, as esposas e os filhos são também condenados com essa forma, porque para visitar e acompanhar a ressocialização da pessoa presa eles têm que viajar 300 ou 500km!

É absolutamente necessária a construção de uma penitenciária no alto vale do Itajaí ou, pelo menos, no vale do Itajaí, para que se cumpra a lei de execuções penais no estado de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.